

## Análise XP

### *Triste episódio (Zeina Latif)*

Difícil explicar para a sociedade indignada a complexidade que envolve a paralisação dos caminhoneiros. Para piorar, ninguém quer ouvir explicações de um governo com reduzida credibilidade. O resultado é o apoio de parcela importante da sociedade à greve.

A raiz da crise está nos equívocos de governos passados, como apontado por Samuel Pessôa. Os caminhoneiros reagiram à queda do seu rendimento e às incertezas em relação ao rendimento no futuro. De um lado, fretes deprimidos pela recessão e pelo crescimento excessivo da frota de caminhões (54% entre 2008 e 2014) estimulado por crédito subsidiado. De outro, o ajuste expressivo do preço do principal insumo dessa atividade, depois de vários anos de preços controlados, que gerou um custo em torno de US\$ 40 bilhões para a Petrobrás, segundo especialistas.

A conta do artificialismo na economia tardou, mas apareceu, gerando uma sensação de que toda a culpa da crise é do governo atual, ainda que este tenha sua parcela de responsabilidade. Um governo enfraquecido que não consegue mais aprovar reformas, resistir a pressões de grupos de interesse e restabelecer a ordem.

Os motoristas autônomos e as pequenas transportadoras têm razão em reclamar da flutuação excessiva do preço do diesel, pois não conseguem repassar tempestivamente esse custo ao valor do frete. Além disso, não há mecanismos de proteção (hedge) disponíveis. Mas isso não justifica uma paralisação ampla e duradoura, bloqueando estradas e afetando setores vitais.

A Petrobrás também tem razão de repassar ao consumidor a alta do dólar e do diesel no mercado internacional. É necessário preservar sua solidez financeira e capacidade de investir. Pode-se discutir a forma de repasse, mas não o repasse em si.

O cenário externo mudou, o preço do diesel subiu e a conta precisa ser paga. Em condições normais, parte do choque de custo seria absorvida pelo setor produtivo, e, certamente, o grosso seria repassado ao consumidor final. Na saída desorganizada de agora, o ônus para a sociedade ficou bem mais alto, pelo impacto fiscal e na economia.

A combinação de governo sem credibilidade, apoio da sociedade ao movimento e eleições aumentou a fatura. A redução de R\$ 0,46 no litro do diesel é significativa e as demais medidas do acordo lembram o Brasil do passado.

O impacto na atividade econômica não será desprezível. Há destruição de riqueza, como na indústria de alimentos; há perdas que não serão recuperadas, como no setor de serviços (meios de pagamentos e companhias aéreas, para citar alguns); e prejudica-se a saúde financeira de empresas, que poderão ter dificuldades para honrar compromissos. Mais difícil ficará a vida dos desempregados.

Além disso, a imagem do País foi afetada, sendo que as mudanças de contratos, como no caso do pedágio, e o sentimento de vulnerabilidade da Petrobrás podem afastar investidores.

Esse triste episódio revela várias fragilidades do Brasil: a resistência de grupos organizados às reformas estruturais, como o fim de subsídios; a vulnerabilidade da sociedade ao populismo e a fraqueza das instituições. Órgãos de controle não reagiram como deveriam. Ato ilegal dos grevistas não foram condenados e o acordo proposto pelo governo em vários pontos vai na contramão da defesa da concorrência, como apontado por Marcos Lisboa.

O comportamento da classe política e dos poderes preocupa. Com a fraqueza do Executivo, a responsabilidade deveria ser ainda mais compartilhada pelos demais poderes e esferas de governo. Houve oportunismo e omissão de muitos. Os governadores, de uma forma geral, lavaram as mãos, enquanto deveriam participar da solução com a mudança de cálculo do ICMS sobre o diesel e garantir o fluxo nas estradas. Lamentavelmente, alguns presidenciáveis pegaram carona na crise.

Não foram só as mercadorias que sumiram. O espírito republicano e a responsabilidade com o País também.

## Disclaimer

- 1) Este relatório foi preparado pela XP Investimentos CCTVM S.A. ("XP Investimentos") e não deve ser considerado um relatório de análise para os fins do artigo 1º da Instrução CVM nº 483, de 6 de julho de 2010.
- 2) Este relatório tem como objetivo único fornecer informações macroeconômicas e análises políticas, e não constitui e nem deve ser interpretado como sendo uma oferta de compra/venda ou como uma solicitação de uma oferta de compra/venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. As informações contidas neste relatório foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A XP Investimentos não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. As opiniões, estimativas e projeções expressas neste relatório refletem a opinião atual do responsável pelo conteúdo deste relatório na data de sua divulgação e estão, portanto, sujeitas a alterações sem aviso prévio. A XP Investimentos não tem obrigação de atualizar, modificar ou alterar este relatório e de informar o leitor.
- 3) O responsável pela elaboração deste relatório certifica que as opiniões expressas nele refletem, de forma precisa, única e exclusiva, suas visões e opiniões pessoais, e foram produzidas de forma independente e autônoma, inclusive em relação a XP Investimentos.
- 4) Este relatório é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da XP Investimentos, incluindo agentes autônomos da XP e clientes da XP, podendo também ser divulgado no site da XP. Fica proibida a sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da XP Investimentos.
- 5) A XP Investimentos não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo.
- 6) A Ouvidoria da XP Investimentos tem a missão de servir de canal de contato sempre que os clientes que não se sentirem satisfeitos com as soluções dadas pela empresa aos seus problemas. O contato pode ser realizado por meio do telefone: 0800 722 3710.
- 7) Para maiores informações sobre produtos, tabelas de custos operacionais e política de cobrança, favor acessar o nosso site: [www.xpi.com.br](http://www.xpi.com.br).